tigo 318.º «Material de consumo corrente — Diversos não especificados» do mesmo orçamento.

Este decreto foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, nos termos da parte final do artigo 37.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêlo se contém.

Paços do Governo da República, 12 de Agosto de 1935. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Manuel Rodrigues Júnior*.

MINISTÉRIO DA GUERRA

2.ª Direcção Geral

4.ª Repartição

Decreto n.º 25:731

Determinando o artigo 32.º do regulamento do Depósito de Garanhões, mandado pôr em execução pelo decreto n.º 19:700, de 21 de Abril de 1931, que o respectivo ano de gerência termina em 31 de Outubro;

Tendo sido determinado, pelo decreto-lei n.º 25:299, de 6 de Maio do corrente ano, que o ano económico passa a coincidir com o ano civil;

Convinho evitar dois encerramentos de contas, as resultantes das verbas pagas pelo Orçamento Geral do Estado e as que são pagas pelos fundos próprios do estabelecimento;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. O artigo 32.º do regulamento do Depósito de Garanhões passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 32.º O ano de gerência termina em 31 de Dezembro, data em que se procederá ao balanço anual de todos os valores realizados pelos fundos próprios do estabelecimento.

Publique-se e cumpra-se como nêlo se contém.

Paços do Governo da República, 12 de Agosto de 1935. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Abilio Augusto Valdez de Passos e Sousa*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

8.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Para os devidos efeitos e em harmonia com o disposto no artigo 7.º do decreto-lei n.º 25:299, de 6 de Maio último, se declara que, por despacho de S. Ex.ª o Ministro das Obras Públicas e Comunicações de 5 do corrente, foi reforçada com 250.000\$ a dotação da alínea a) do n.º 1) do artigo 44.º do capítulo 3.º do actual orçamento do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, por transferência de 100.000\$ da dotação da alínea b) e de 150.000\$ da da alínea c) dos referidos número e artigo.

8.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 7 de Agosto de 1935. — O Director de Serviços, *António Ramalho Ortigão Peres*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Direcção Geral do Comércio e Indústria

Repartição do Fomento Comercial

Portaria n.º 8:198

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Comércio e Indústria, que, em harmonia com o disposto na alínea c) do artigo 10.º e no § 2.º do artigo 77.º do decreto n.º 21:883, de 19 de Novembro de 1932, se observem os preceitos seguintes:

1.º Na beneficiação dos vinhos da região demarcada dos vinhos generosos do Douro sejam preferidos os que, tendo sido produzidos em terrenos xistosos de cota superior a 70 metros e inferior ou igual a 500 metros, satisfaçam aos seguintes requisitos:

- a) Que não sejam provenientes de terrenos de areia;
- b) Que não sejam provenientes de terreno de várzea ou aluvião, lameiros ou lodeiros;
- c) Que não sejam provenientes de ramadas em esteira.

2.º Se, observadas as regras estabelecidas no número anterior, ainda houver excesso sobre a quantidade estabelecida para a beneficiação, far-se-á rateio proporcional a todos os pedidos desta, exceptuando-se apenas os vinhos de 1.ª qualidade.

3.º Se, para preenchimento das quantidades estabelecidas, fôr indispensável beneficiar mostos que não satisfaçam a todos os requisitos das alíneas do n.º 1.º, serão preferidos:

- 1) Os provenientes de terrenos de areia;
- 2) Os provenientes de terrenos de várzea ou aluvião, lameiros ou lodeiros;
- 3) Os provenientes de ramada em esteira.

4.º Se ainda fôr indispensável, para o preenchimento do quantitativo da beneficiação deliberada, recorrer aos vinhos de terrenos graníticos ou de transição, aplicar-se-á a estes o que fica estabelecido para os vinhos de terrenos xistosos.

5.º A graduação mínima para mostos destinados a beneficiação será de 10º,5 Baumé para os provenientes de terrenos xistosos e de 12º Baumé para os provenientes de terrenos graníticos ou de transição.

Ministério do Comércio e Indústria, 12 de Agosto de 1935. — O Ministro do Comércio e Indústria, *Sebastião Garcia Ramires*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Gabinete do Ministro

Decreto-lei n.º 25:732

1. Em nota oficiosa do Ministério da Agricultura, de 30 de Novembro do ano passado, calculou-se em 300.000:000 de quilogramas de trigo o excedente que devia transitar para o ano cerealífero de 1935-1936. Não se tinha ainda ultimado o apuramento da colheita de 1934 nem se sabia ao certo qual era o consumo médio anual de trigos e de farinhas. Mas era fora de dúvida que, igual ou inferior ao calculado, se tratava de um excedente muito avultado, capaz, por isso mesmo, de gerar perturbações na vida agrícola e, por via dela, na economia geral.

Em Março do ano corrente dispunha o Ministério da